



número 119 - Junho 2007

NOSSA OPINIÃO

- Plantações de árvores, árvores GM e agrocombustíveis: apelo para a CDB

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Brasil: indígenas amazônicos forçados a fazer contato
- Ecuador: levantamento por um país livre de mineração em grande escala
- Indonésia: a floresta atacada pela indústria florestal
- Laos: não há sucesso como o fracasso – A política versus a realidade no setor florestal
- Povos Indígenas da África Central: perdem sua saúde junto com suas florestas

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- África do Sul: plantações comerciais como opção de desenvolvimento de “pegar ou largar” para áreas rurais
- Brasil: resposta à tentativa da Veracel de obter o selo do FSC para suas plantações
- Ecuador: clamor popular pela revisão do Plano Agrário Florestal
- Indonésia: uma Visão Comum a fim de deter a expansão das plantações madeireiras para celulose
- Tailândia: maquiagem verde da Advance Agro
- Uma reunião com banqueiros na Europa a respeito de fábricas de celulose e questões financeiras

AGROCOMBUSTÍVEIS

- Os agrocombustíveis: uma virada na concentração do poder
- Plantações de eucaliptos como combustível de biomassa: substituição do errado pelo funesto

COMÉRCIO DE CARBONO

- As mudanças propostas às regras do MDL incentivarão o corte das florestas e fornecerão subsídio para a indústria das plantações
- Brasil: Projeto do MDL para plantações da V&M: e vão três...

NOSSA OPINIÃO

- Plantações de árvores, árvores GM e agrocombustíveis: apelo para a CDB

O objetivo principal da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica do mundo. Portanto pareceria óbvio que qualquer coisa que ameaçasse a biodiversidade

deveria ser adequadamente abordada pelos signatários da convenção.

Em virtude de que o Órgão Subsidiário de Assessoria Científica e Tecnológica (SBSTTA) da Convenção estará reunindo-se em Paris no começo de julho, achamos que essa pode ser uma boa oportunidade para abordar os impactos das plantações de monoculturas de árvores, árvores geneticamente modificadas e desenvolvimento dos agrocombustíveis sobre a diversidade.

A respeito das plantações de monoculturas de árvores, sua expansão está tendo um grande impacto sobre a diversidade vegetal e animal, particularmente –apesar de que não somente- nos trópicos ricos em biodiversidade. Apesar disso, os órgãos oficiais continuam definindo elas como "florestas" outorgando-lhes portanto uma imagem positiva. Achamos que a CDB deveria impugnar –da perspectiva mais ampla da biodiversidade- o uso dos termos "plantações florestais" e "florestas plantadas" com referência às plantações de monoculturas de árvores. Nesse sentido, o SBSTTA poderia fornecer assessoria científica à Conferência das Partes, solicitando-lhe que separe claramente as florestas das plantações de monoculturas de árvores e que inclua as últimas como uma ameaça para a biodiversidade que devem ser adequadamente estudadas e analisadas.

A respeito das árvores geneticamente modificadas (GM), a última Conferência das Partes (COP8) adotou uma importante e positiva medida (Decisão VIII/19), recomendando as Partes "serem cautelosas ao abordarem a problemática das árvores geneticamente modificadas". Em uma carta enviada ao secretariado da CDB em novembro de 2006, um grande número de ONG forneceram análise e informação sobre a ameaça apresentada pelas árvores GM e concluem que "as árvores GM não têm nenhum papel na conservação da diversidade biológica das florestas e, ao contrário, reduzirão a diversidade florestal, com sérias conseqüências sociais", acrescentando que "o alto risco indicado pela ciência disponível, apesar de incompleta, mostra que a tecnologia poderia resultar na extinção de espécies de flora e fauna da floresta com impactos negativos severos na biodiversidade". A carta instava a CDB "a avançar desde a atual recomendação feita às Partes de serem cautelosas para uma decisão obrigatória, declarando imediatamente a proibição da liberação de árvores geneticamente modificadas." Esse é outro assunto onde achamos que o SBSTTA poderia ter uma função importante, recomendando essa proibição.

A respeito dos agrocombustíveis fica claro que as plantações de agrocombustíveis estão sendo fortemente promovidas no mundo inteiro e particularmente no Sul. Na maioria dos casos, essas plantações consistirão em monoculturas em grande escala de diferentes cultivos agrícolas (cana-de-açúcar, soja, milho e outros), bem como plantações de árvores e de dendezeiros. Todas essas monoculturas –na maioria dos casos acompanhadas pelo excessivo uso de agroquímicos- terão um impacto sobre a biodiversidade. Para piorar a situação, no caso das plantações de árvores está sendo levada a cabo pesquisa para modificar geneticamente árvores para a produção de etanol. Aqui também o SBSTTA poderia fornecer à CDB informação pertinente sobre os impactos do desenvolvimento dos agrocombustíveis na biodiversidade.

As que antecedem constituem grandes ameaças para a biodiversidade que ainda não têm recebido suficiente atenção da CDB. Portanto esperamos que o SBSTTA as aborde em sua próxima reunião e forneça a necessária assessoria científica para a Conferência das Partes.

[início](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- **Brasil: indígenas amazônicos forçados a fazer contato**

Em maio deste ano, um grupo de indígenas, que até então tinha permanecido em isolamento voluntário, fez contato com o mundo exterior. Isto ocorreu ao norte do Estado de Pará. Os indígenas caminharam durante 5 dias mais de 100 km na densa floresta Amazônica, atravessaram a divisa com Mato Grosso e chegaram inesperadamente a uma

aldeia dos índios Caiapós.

É importante salientar que esse contato não foi fruto de uma decisão livre, mas o resultado da invasão de madeireiros em suas terras, obrigando-os a fugir e fazer esse longo e difícil percurso até a chegada à aldeia.

Trata-se de um grupo de 87 índios Metyktire – subdivisão dos Caiapós. Eles foram contatados inicialmente no ano 1950, mas na época decidiram se adentrar na floresta amazônica, optando pelo isolamento voluntário até agora.

Conforme as informações, o primeiro contato foi realizado por dois homens que emitiram alguns sons perto de uma das casas da aldeia e foram vistos por dois jovens. Uma vez superada a desconfiança mútua resultante do inesperado encontro, o restante do grupo foi entrando paulatinamente na aldeia Caiapó.

Como medida preventiva, determinou-se que o contato com os Metyktire ficasse restrito aos integrantes dessa aldeia, para evitar o contágio de doenças contra as quais eles não têm defesas imunológicas. Esta aldeia está integrada por indígenas da mesma etnia que nos anos 50 decidiram manter contato com os brancos. O líder da aldeia -Megaron Txucarramãe- quem é também representante perante a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), está a cargo da interlocução com os recém chegados. Segundo a FUNAI, não há informações de índios Metyktire feridos ou mortos na área que ocupavam, ou da existência de membros do grupo que ainda não tenham decidido sair do local.

Os Metyktire eram considerados desaparecidos e seu paradeiro não era conhecido. Foram recebidos pelos Caiapós com muita alegria, entre cânticos e danças. Ainda não há imagens disponíveis, mas podem ser ouvidas as gravações dos cânticos que foram transmitidas pela rádio local (visite: <http://www.survival-international.org/news/2462>). Conforme os relatos, os Metyktire falam uma versão mais pura do mebengokré (a língua dos Caiapós), eles são altos e fortes, usam o cabelo comprido e "botoque" (disco de madeira preso no lábio inferior).

Segundo Gilberto Hazaña e Sydney Possuelo do Centro de Trabalho Indígena, os índios em isolamento voluntário são povos que "...ao longo do tempo (500 anos!), buscaram regiões isoladas ou se refugiaram nelas ou, para melhor dizer, regiões não procuradas pela sanha mercantilista (ou missioneira) dos nossos 'frentes de expansão'. Na Amazônia (brasileira principalmente, mas também na boliviana, peruana, colombiana, venezuelana, equatoriana e guianesa) estimamos que ainda existem dezenas de povos indígenas que vivem quase nas mesmas condições que viviam há quinhentos, seiscentos ou mil anos atrás: vestidos apenas com seus enfeites de penas ou seus estojos penianos, sobrevivendo da caça, da pesca, da colheita e da agricultura em pequena escala, com machados de pedra e fogo, sem doenças viróticas, em um ambiente de plena abundância. Hoje, é um fato que a maioria dos povos isolados na Amazônia estão vivendo uma situação extremamente grave em função do avanço das frentes predatórias (madeireiros e mineradoras) sobre as últimas áreas ainda virgens da região".

Este contato recente do povo Metyktire, oferece uma boa oportunidade para refletir sobre o futuro destes povos, deixando de lado o fato folclórico e a cobertura sensacionalista que a maioria dos meios de comunicação fazem da questão.

O primeiro ponto para a reflexão é que eles não fizeram contato por decisão própria. Pelo contrário, as primeiras versões afirmam que vinham fugindo dos madeireiros e que por 5 dias fugiram através da mata fechada até finalmente fazer contato com seus irmãos Caiapós. Ou seja, poderiam ter sido exterminados a balaços pelos madeireiros -como tem ocorrido em muitos casos- sem deixar rastros. Afortunadamente, conseguiram escapar.

Ao mesmo tempo, surge uma série de perguntas: Qual é o futuro destas comunidades forçadas a fazer contato com um mundo exterior onde reina o mercantilismo e onde o principal interesse desta história serão as imagens dos índios com seus corpos nus e botoque nos lábios? Qual será o futuro destas comunidades integrando-se a um mundo, e a um país, onde prevalece o racismo e grande parte dos povos indígenas vivem em condições de extrema pobreza? Qual será o futuro das dezenas de comunidades que ainda vivem na floresta -particularmente no Brasil-

quando suas terras sejam entregues às empresas madeireiras, mineradoras ou petroleiras, em nome do “desenvolvimento e crescimento econômico” do país?

Mas talvez a pergunta mais importante seja: O que podemos fazer para garantir os direitos destes povos e para que eles possam optar livremente entre viver em isolamento ou não?

Nesse sentido, entendemos que a primeira coisa a fazer é dar a conhecer sua existência e conseguir que seja compreendida e respeitada sua decisão de viver em isolamento. Fazer compreender às pessoas que não se trata de povos ignorantes que vivem na miséria, mas de povos com uma cultura própria, adaptada a utilizar de forma sustentável o “ambiente de plena abundância” em que vivem.

Ao mesmo tempo, é imprescindível conseguir que os governos reconheçam os direitos territoriais destes povos - que antecedem a existência dos atuais Estados nacionais- e que garantam que eles sejam respeitados, impedindo o ingresso de madeireiros, mineradoras e outros agentes de destruição em suas terras.

Sem o apoio da sociedade exterior, esses povos não têm condições de defender seus territórios ancestrais perante agentes externos bem armados e inescrupulosos; sua única opção é fazer contato contra sua vontade ou sumir. É por isso que fazemos um chamado a tod@s –e, em particular aos povos dos países amazônicos- para redobrar esforços visando proteger os direitos de todos os povos indígenas que vivem em isolamento voluntário.

Artículo elaborado com base em informações de: “Indio brabo”, artículo de Rodolfo Salm publicado no Correio da Cidadania, <http://www.correiodacidade.com.br/content/view/434/57/>; Survival Internacional, <http://www.survival-international.org/news/2462> ; Boletín 87 del WRM, <http://www.wrm.org.uy/boletin/87/AM.html#Brasil>

início

- Equador: levantamento por um país livre de mineração em grande escala

As comunidades equatorianas afetadas pela mineração convocaram para um Levantamento Mineiro em 5 de junho, Dia do Meio Ambiente. Estabeleceram-se diferentes pontos de resistência espalhados pela geografia nacional em Imbabura, Quito, Chimborazo, Cañar, Azuay, El Oro, Zamora e Morona. Apesar de o protesto ter se desenvolvido em forma pacífica, a força pública reprimiu as comunidades em Levantamento durante os primeiros dias, especialmente em Tarqui, Victoria del Portete, Molleturo e San Carlos-Balao, causando indignação na população frente aos brutais atropelos cometidos pela polícia, sobre cujas responsabilidades está se exigindo pesquisa e punição.

De qualquer jeito, o Levantamento foi um sucesso total por ter mobilizado milhares de pessoas prejudicadas pelos megaprojetos mineiros nos locais de maior conflito no país. Assim se fortaleceu a decisão das comunidades e das organizações constituídas como a Coordenadora Nacional pela Defesa da Vida e a Soberania, para continuar lutando até atingir os objetivos propostos na plataforma de luta e avançar para a declaração do Equador como “país livre de mineração em grande escala”. Além disso, os esforços desdobrados pelas comunidades serviram para tematizar definitivamente o problema mineiro tanto em nível nacional quanto internacional.

Um dos pontos mais preocupantes para as comunidades em resistência contra a atividade mineira no país é a falta de decisão política do governo para respeitar e fazer respeitar a Constituição e os interesses coletivos dos equatorianos frente à terrível ameaça que pesa sobre as vidas das comunidades afetadas, com a onipresença das transnacionais mineiras e sua iminente atividade em alguns dos casos. Com sua posição contra a mineração, o que as comunidades defendem são seus direitos, sua água, suas florestas e um meio ambiente sadio para as futuras gerações. As empresas mineradoras, por sua vez, apoiaram-se na força pública ou nos seus próprios corpos de segurança, e em um enxame dos chamados “relacionadores comunitários”, perseguindo e intimidando dirigentes e comunidades, criando assim um estado permanente de insegurança e violência (ver Boletim Nº 118).

Na província amazônica da Zamora, as concessões mineiras ocupam inteiramente o cantão Yantzaza. Esta região, de uma flora e fauna únicas no mundo pela sua riqueza e diversidade, tem ainda frondosas florestas que conseguiram sobreviver aos embates da lógica depredadora que impera desde as épocas da conquista. Além disso, Zamora Chinchipe é o berço de povos originários e acolheu com generosidade milhares de famílias do município de Loja e de outras províncias, deslocadas pelo desmatamento, sua conseqüente seca e outras situações críticas. A cultura agrícola que elas desenvolveram nas bacias férteis dos rios lhes permite gozar de auto-suficiência alimentar e fornecer outras regiões do país de alimentos saudáveis. A Rede de Defesa da Natureza, a Dignidade e a Vida desta província manifesta: "Queremos que o Estado estabeleça políticas que nos ajudem a nos enraizar e a permanecer nos nossos povos, vivendo em um país que sonhamos ecológico, agrícola, e não mineiro".

Nos flancos ocidentais dos Andes, as comunidades da zona norte-ocidental de Intag, na província de Imbabura, defendem também uma floresta tropical nublada, habitat de uma biodiversidade única no mundo. Graças a um processo organizacional alternativo, pioneiro no país, as comunidades desta parte desenvolveram uma variedade de atividades produtivas que consolidam o processo contra a mineração que significaria não apenas o deslocamento de famílias e comunidades para dar lugar ao projeto mineiro, como também a destruição destas valiosas florestas.

Também, a Coordenadora Nacional manifesta sua "decisão de pressionar o governo para se decidir a atuar em favor de seu povo". Há empecilhos para a atividade anti-mineira nos últimos dias, depois da demissão do Ministro da Energia e Minas, Alberto Acosta, no início, ele parecia disposto a apoiar as comunidades e por momentos foi visto como um possível grande aliado dentro do governo, apesar de não ter chegado a concretizar nenhuma medida para retirar as concessões mineiras - o que é uma das reclamações firmes das comunidades afetadas. Com certeza, foram as pressões dos diferentes grupos de interesse as que demitiram esta semana o Ministro Acosta para apresentar sua candidatura a Congressista em face da Constituinte.

Com ou sem Ministro aliado, a luta anti-mineira continua convocando todos os setores da sociedade a participar no Levantamento que pretende continuar a finais deste mesmo mês de junho, com vistas a deter a invasão das transnacionais estrangeiras que pretendem saquear os minerais do subsolo deixando no país pobreza, desemprego, poluição ambiental e social. A Coordenadora Nacional insta o governo a ouvir o clamor de milhares de famílias que estão defendendo sua vida e a dignidade nacional para "que atue em forma urgente deixando sem valor as concessões, suspendendo imediatamente as atividades das mineiras transnacionais em todo o país e exigindo que abandonem nossas comunidades".

Em face da Constituinte, medidas propostas pelas comunidades em resistência incluem, entre outras, declarar toda a Amazônia, bem como o nascimento e ribeiras das águas, reservas ecológicas intocáveis pelos interesses privados comerciais de extração e exploração; que a água superficial e subterrânea não possa estar submetida a nenhum tipo de privatização; nacionalização dos recursos naturais e uso segundo as características ecológicas, sociais, culturais e ancestrais dos povos e comunidades; indenização imediata pelos prejuízos ecológicos, psicológicos e sociais causados pelas atividades mineiras às comunidades; um marco regulatório para melhorar as práticas de mineração artesanal; garantias para os agricultores quanto à posse do solo e subsolo, garantindo sua atividade por cima da extração mineira; garantias às comunidades para não serem deslocadas.

Por Guadalupe Rodríguez, correio eletrônico: guadalupe@regenwald.org

[início](#)

-Indonésia: a floresta atacada pela indústria florestal

A Indonésia tem a terceira maior floresta tropical do mundo, depois do Brasil e da República Democrática do Congo. Ainda que represente apenas 1,3 por cento do total da área florestal mundial, a floresta da Indonésia abriga 10 por

cento das espécies de flora do mundo, 12 por cento dos mamíferos do mundo, 17 por cento dos répteis e anfíbios do mundo e 17 por cento das aves do mundo. Indonésia é o segundo país em termos de riqueza de vida selvagem. Suas florestas também abrigam espécies em perigo de extinção como os orangotangos, os tigres, os rinocerontes e os elefantes asiáticos.

A floresta é a segunda maior fonte para a economia nacional do país depois do azeite. O Estado tem usado as rendas obtidas das florestas para manter seu poder durante os 32 anos do regime New Order sob as ordens do ex-presidente Suharto. As atividades florestais – na forma de concessões florestais (Hak Pengusahaan Hutan – HPHs), plantações industriais de árvores (Hak Pengusahaan Hutan – HPHs), e outras plantações (como dendezeiros e seringueiras) – foram distribuídas entre a família do governante, amigos e sócios, militares importantes e políticos de elite como recompensa por sua lealdade. Quem controlava as florestas tinha considerável riqueza e poder.

Para as comunidades que dependem da floresta, esta tem um significado totalmente diferente. O manejo abusivo e destrutivo tem deixado as florestas nuas e teve um grande impacto negativo no setor camponês pobre. Para eles, a floresta abrange valores culturais. A maioria das comunidades rurais que moram fora das densamente povoadas ilhas de Java, Bali e Madura praticam uma combinação de agricultura de subsistência e comercial com o arroz gogo (de terras altas, arroz não irrigado), outras lavouras anuais e plantações de árvores. Eles também usam outros produtos florestais como rotim, mel, resinas, ervas, frutas, peixes e animais e plantas silvestres tanto para fins comerciais quanto domésticos. Cerca de sete milhões de pessoas em Sumatra e Kalimantan dependem, para seu sustento das plantações de seringueiras, que cobrem uma área total de aproximadamente 2,5 milhões de hectares. Em Sumatra, as comunidades locais manejam cerca de quatro milhões de hectares de florestas utilizando variadas práticas agroflorestais que combinam manejo de floresta natural e hortas de frutíferas, sem ajuda externa.

As comunidades florestais têm um conhecimento profundo do manejo florestal tradicional que herdaram de seus ancestrais. Este manejo tradicional da floresta foi especificamente reconhecido na Constituição Nacional do ano 1945.

Como a maioria dos povos das florestas não têm documentos oficiais de propriedade, o estado sob o mando do Presidente Suharto ignorou os direitos dos indígenas e controlou as extensas e produtivas terras florestais da Indonésia. O regime “New Order” de Suharto incluía uma agenda de desenvolvimento guiada pelo desmatamento das florestas do país. O estado exigia mais de 90 por cento do total das terras florestais fora de Java. A chamada “floresta estatal” foi designada sem um devido processo nem uma compensação adequada para as comunidades locais. As florestas maduras que tinham sido manejadas de forma sustentável pelas comunidades indígenas por gerações e que eram ricas em flora e fauna, foram exploradas para obter madeira e transformaram-se em extensas plantações de monoculturas de árvores exóticas de rápido crescimento.

A rápida expansão e desenvolvimento das indústrias que processam madeira ultrapassa a capacidade de produção para o abastecimento das áreas florestais e das plantações. Em decorrência disso, os madeireiros avançam no interior da floresta natural, cortam madeira em áreas protegidas bem como na floresta estatal ainda reclamada pelas comunidades indígenas. O Banco Mundial, que recentemente criticou o desmatamento ilegal produzido pelo desenvolvimento excessivo da indústria da celulose, é responsável, em parte, do problema. Na década de 80, o Banco Mundial foi uma das entidades envolvidas em promover a expansão da indústria da celulose e do papel. Em 1984, por exemplo, o Banco Mundial financiou um estudo realizado pela consultora florestal finlandesa Jaakko Pöyry, com o intuito de “ fortalecer a estrutura da indústria da celulose e do papel na Indonésia”:

Uma pesquisa realizada pelo grupo ambientalista WALHI aponta que pelo menos 72 por cento das florestas do país foram destruídas. Em um comunicado de imprensa em 2004, WALHI mostrou que o índice de desmatamento na Indonésia atingiu 3,8 milhões de hectares anuais, o maior índice no mundo de perda de floresta. Para colocar este índice de destruição de floresta em perspectiva, seria como se uma área de floresta equivalente a seis bases de futebol americano fosse destruída na Indonésia a cada minuto. Com base neste cálculo, cada minuto o governo da

Indonésia perde US\$ 1.300 por conceito de taxas e direitos alfandegários não pagos (três vezes a renda média anual de uma família indonésia) enquanto uns poucos conglomerados e empresários de elite embolsam US\$ 24.000 do roubo das florestas da Indonésia.

O impacto deste rápido desmatamento tem sido generalizado e variado. Impactou sobre o meio ambiente incluindo a perda de biodiversidade única, aumentou a ocorrência de enchentes e secas, diminuiu a qualidade e a quantidade da água e aumentou a ocorrência de incêndios florestais que poluem o ar e agravam a mudança climática global.

Cada vez mais pessoas percebem os impactos ambientais, no entanto, sabem muito pouco a respeito deles e raramente discutem os impactos do desmatamento ilegal sobre os direitos humanos. A capacidade excessiva das indústrias processadoras de madeira e a incapacidade das plantações industriais de árvores para abastecer as demandas desta indústria levou à exploração destruidora das florestas da Indonésia, tanto legal quanto ilegal. Como em outros setores que são ilicitamente rentáveis, as redes criminais têm um importante papel como chantagistas e protetores das operações ilegais, e não duvidam em usar a violência para acabar com a oposição a suas atividades. Na Indonésia, o setor ilegal e o uso da violência, em muitos casos, estão ligados a funcionários governamentais.

Ironicamente, o desmatamento e a perda dos meios de vida das comunidades locais são decorrentes de políticas governamentais que segundo o governo foram pensadas para trazer prosperidade à nação. O conceito de desenvolvimento de Suharto, como o adotado por muitos países industrializados emergentes, consistia em acelerar a expansão da economia através da exploração de recursos naturais. No entanto, a meta de expansão da economia perdeu importância e foi eventualmente substituída pela agenda de Suharto para consolidar seu poder através do apoio político, concedendo licenças para a exploração de recursos naturais. Mais de 62 milhões de hectares de terras florestais foram adjudicadas como concessões florestais (HPHs), sem o apropriado processo de oferta, a magnatas e companhias florestais de propriedade do estado que têm laços familiares com a família de Suharto, ou com militares. Apesar da queda de Suharto em 1998, o país ainda vive com o legado de seu regime de mau manejo florestal e falta de aplicação da lei.

Extraído e adaptado de "Social conflict and environmental disaster: A report on Asia Pulp and Paper's operations in Sumatra, Indonesia", por Rivani Noor e Rully Syumanda, agosto de 2006, <http://www.wrm.org.uy/countries/Indonesia/Book8.pdf>

início

- Laos: não há sucesso como o fracasso – A política versus a realidade no setor florestal

Durante a passada década, dezenas de milhões de dólares têm sido investidos pelas agências de financiamento para melhorar o manejo florestal no Laos com o objetivo estabelecido de ajudar para o desenvolvimento rural e a segurança dos meios de vida. Apesar desses investimentos –incluindo projetos envolvendo muitos milhões de dólares apoiados pelo Banco Mundial, o Governo da Finlândia e a Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Sida), entre outros- o manejo incorreto das florestas de produção do Laos continuam sendo a regra.

Na última edição da Watershed Magazine (Vol. 12 No. 1, julho 2006-fevereiro 2007), Benjamin D. Hodgdon, silvicultor e ecologista social com uma década de experiência na Indochina, narra a experiência de um projeto apoiado por ONG recentemente descontinuado pelo governo do Laos para salientar os sérios problemas que abundam na florestas de produção do país.

Seu artigo No success like failure: Policy versus reality in the Lao forestry sector (Não há sucesso como o fracasso: A política versus a realidade no setor florestal laosiano) oferece uma original olhada para o mundo real da atividade madeireira no Laos, uma realidade que aparece em gritante contraste com a legislação florestal aprovada pelo

governo à ordem de seus principais patrocinadores financeiros.

O artigo começa apresentando a razão pelo florestamento comunitário no contexto do Laos, bem como o desenvolvimento da versão laosiana do florestamento comunitário focalizado principalmente na produção de madeira, chamada "manejo florestal sustentável participativo" (MFSP). O MFSP, resultado de um processo de política de uma década apoiado pelo Banco Mundial e o Governo da Finlândia, estipula no papel que os aldeões que vivem em ou adjacentes a áreas de florestas de produção determinadas têm o direito de envolver-se em planejamento e manejo florestal e que têm direito a uma percentagem significativa dos lucros da venda da madeira.

Essa é a política. Mas a realidade é bem diferente.

Para ilustrar esse ponto, Hodgson conta a história de um projeto apoiado pelo WWF que objetivava iniciar MFSP na Província de Xekong, uma província afastada e predominantemente indígena no sul do país. O projeto – implementado em uma área de 10.000 hectares chamada Phou Theung- trabalhava com agências florestais do governo provinciais e de nível central para envolver sete aldeias (os Krieng étnicos, os Alak e os Souay) no planejamento e manejo florestal de acordo com a legislação nacional de MFSP.

No tempo, no entanto, e especialmente enquanto a estação madeireira instalava-se em plena atividade, surgiu um sério abuso pelos sócios governamentais do projeto.

"Os silvicultores cotidianamente deixavam seu trabalho com o projeto ou eram realocados para trabalhar com companhias que estavam removendo ilegalmente madeira da área de projeto" escreve Hodgson. Ao ser apresentada a evidência desse abuso, as autoridades provinciais alegaram ignorância ou que eram as atividades de operações "isoladas". Na realidade, no entanto, como mostra o artigo, essas remoções ilegais de madeira eram "totalmente conhecidas e aprovadas pelos funcionários do governo."

Em decorrência das atividades do projeto para melhorar o manejo florestal e implementar a lei nacional, pessoas poderosas no Departamento Florestal e o governo provincial de Xekong concluíram para descontinuar o projeto, citando o fato de que "apenas o estado" tem o direito de tomar decisões sobre atividade madeireira.

O encerramento do projeto, escreve Hodgson, ilustra quantas pessoas do governo laosiano não apóiam o MFSP tanto por razões políticas quanto econômicas. Politicamente o projeto representava um afastamento do governo no poder de tomada de decisões sobre recursos madeireiros valiosos, enquanto economicamente se "traduzia como menos dinheiro indo para os bolsos de uns poucos conectados."

O artigo conclui sustentando que sem mudanças fundamentais às instituições políticas e legais no Laos há pouca esperança para que o MFSP se consolide. "Na essência" diz Hodgson, "reformas democratizadoras como a legislação MFSP requerem instituições democráticas para funcionar."

O artigo na íntegra está disponível em [http://www.terraper.org/pic_water/Watershed%2012\(1\).pdf](http://www.terraper.org/pic_water/Watershed%2012(1).pdf)

[início](#)

- Povos Indígenas da África Central: perdem sua saúde junto com suas florestas

Os povos indígenas caçadores- coletores das florestas da África Central, chamados povos Pigmeus, fazem parte de, no mínimo, 15 grupos etnolinguísticos diferenciados. Incluem os Gyéli, Kola, Baka, Aka, Bongo, Efe, Mbuti, Twa do oeste e Twa do leste e vivem em dez países da África Central: Angola, Camarões, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, Gabão, República do Congo (Congo), República Democrática do Congo, Uganda, Ruanda e Burundi. Calcula-se que a população total está entre 300.000 e 500.000 pessoas.

O termo Pigmeus pode ter conotações pejorativas, mas aqui é usado como um termo adotado pelos ativistas indígenas e as organizações de apoio a fim de abranger os diferentes grupos de caçadores-coletores das florestas centro-africanas e os anteriores caçadores-coletores, e de distingui-los de outros grupos étnicos que vivem nas florestas, mas que são mais dependentes da agricultura e dominantes tanto econômica quanto politicamente.

Os riscos para a saúde dos povos Pigmeus vêm mudando a medida que as florestas da África central- que são a base de sua tradicional estrutura social, cultura e economia de caçadores-coletores- vêm sendo destruídas ou desapropriadas por projetos de conservação, agricultura e desmatamento.

"...desde que fomos despejados de nossas terras, a morte está nos perseguindo. Sepultamos pessoas quase todos os dias. A aldeia está se esvaziando. Estão nos extinguindo. Atualmente, todos os anciãos morreram. Nossa cultura também está agonizando..." disseram dois homens Twa deslocados do Parque Nacional Kahuzi-Biega na República Democrática do Congo.

A forma de vida tradicional dos Pigmeus consiste em viverem em pequenos e nômades grupos igualitários cujas estratégias de sobrevivência estão baseadas na caça, coleta, lavoura em pequena escala e intercâmbio de produtos florestais com seus vizinhos agricultores. Eles consideram que pertencem à floresta, que estão intimamente ligados através dos espíritos de seus ancestrais e da floresta. As comunidades de Pigmeus continuam mantendo sua sobrevivência baseada na floresta sempre que possível, mas muitos passam tempo demais nos assentamentos que bordeiam os caminhos, tendo contatos mais próximos com as comunidades de agricultores Bantu, e maior dependência da agricultura e do trabalho assalariado.

Na área dos Grandes Lagos da África Central, o desmatamento extensivo das florestas provocou que a maioria dos Twa ficassem sem terras, empobrecessem e lutassem para manter sua identidade cultural.

As taxas de mortalidade nas comunidades de Pigmeus são altas, bem como as taxas de fertilidade. A perda do meio de vida baseado na floresta pode ser associada com a mortalidade crescente. A importância vital da terra para eles sobreviverem ficou evidenciada pela queda da mortalidade em crianças menores de 5 anos de 59% a 18% quando as famílias Twa da Uganda receberam terras.

Nos locais onde os recursos alimentares florestais se esgotaram em decorrência do desmatamento destrutivo ou da caça furtiva comercial e os povos Pigmeus ficam sem terras para cultivar alimentos alternativos, o estado nutricional diminui. As crianças e as mulheres grávidas são especialmente vulneráveis, e o problema vem sendo agravado pela interrupção dos tradicionais sistemas de compartilhar alimentos.

A perda das florestas também priva as comunidades de Pigmeus de sua renomada farmacopéia tradicional de ervas, que contém compostos ativos contra doenças como helmintíase, verme da Guiné, icterícia, malária, diarreia, dores dentais e tosse.

A medida que as comunidades de Pigmeus passam mais tempo longe da floresta em assentamentos fixos, a malária aumenta e os parasitas se acumulam devido ao aumento da densidade populacional e aos escassos serviços de sanidade.

Os mecanismos tradicionais para lidar com tensões e desacordos (cerimônias noturnas com cânticos para recuperar a harmonia entre os integrantes do grupo e a floresta) estão desgastados; o abuso do álcool e a violência doméstica contra a mulher aumentam.

Na maior parte da área rural da África Central, os serviços sanitários básicos não existem, têm um funcionamento rudimentar ou têm sido destruídos durante os conflitos. Mesmo em locais onde os centros de atendimento existem,

muitos Pigmeus não podem usá-los por não poderem pagar as consultas nem os medicamentos; não têm os documentos de identidade necessários para viajarem ou obterem tratamento hospitalar, ou estão sujeitos a tratamento humilhante e discriminatório.

Os povos Pigmeus se mostraram resilientes; durante séculos têm se adaptado a novas situações enquanto mantinham suas características culturais, sempre que tivessem acesso às florestas. Os grupos Pigmeus que ainda são capazes de levar uma vida baseada majoritariamente na floresta têm melhor saúde que os grupos agricultores vizinhos. As florestas são o lugar onde se sentem à vontade, um componente vital para seu senso de bem-estar e saúde espiritual e mental. Pelo contrário, a perda de terras florestais e recursos, e a conseqüente sedentarização, aumenta os riscos de nutrição inadequada, doenças infecciosas, parasitas, e HIV/AIDS sem que isso signifique um aumento do acesso ao atendimento em saúde.

Para proteger e melhorar a saúde dos povos Pigmeus, os governos, as agências de desenvolvimento, os missionários e as organizações não governamentais devem trabalhar a fim de garantir os direitos dos povos Pigmeus a suas terras consuetudinárias e aos recursos, ou seja a suas florestas.

Extraído e adaptado de: "Health of Indigenous People in Africa", Nyang'ori Ohenjo, Ruth Willis, Dorothy Jackson, Clive Nettleton, Kenneth Good, Benon Mugarura, Series of Social Determinants of Health, http://www.who.int/social_determinants/resources/articles/lancet_ohenjo.pdf

início

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- África do Sul: plantações comerciais como opção de desenvolvimento de "pegar ou largar" para áreas rurais

A página web <http://www.southafrica.info>, editada pelo Conselho de Marketing Internacional da África do Sul, incluiu em março um artigo que afirmava "A África do Sul tem indicado as províncias de Eastern Cape e KwaZulu-Natal como peças chaves para o desenvolvimento do setor florestal, da madeira e do papel, sendo o reflorestamento uma parte vital da estratégia". Para quem não conhece a linguagem do florestamento, cabe salientar que na África do Sul o termo "reflorestamento" implica, na realidade, a plantação de extensas monoculturas de árvores de espécies exóticas em ecossistemas de pradaria nativa. O artigo apresentava uma foto com a legenda "A África do Sul está olhando para o setor do florestamento, madeira e papel a fim de fomentar o investimento e o emprego em Eastern Cape e KwaZulu-Natal"

Após todos estes anos de experiência com as plantações de árvores e seus impactos nas pessoas e no ambiente, parece incrível que a indústria possa falar seriamente ao afirmar que as plantações são geradoras de emprego e que o governo possa continuar com sua promoção.

A parte positiva do artigo (disponível em http://www.southafrica.info/doing_business/investment/opprtunities/forestry-010307.htm) é que gerou um debate interessante. A seguir, a mensagem enviada por Sinegugu Zukulu, que trabalha para a organização Endangered Wildlife Trust, e descreve sua experiência pessoal em Zululand do Norte.

Sinegugu começa explicando por quê ele considera que "o povo receberá isso como uma importante medida": porque "é apresentada a eles como uma opção sem opção, (opção de desenvolvimento para "pegar ou largar" nas áreas rurais!)."

Ele, então, explica por quê já foi provado que se trata de uma opção ruim:

“Tive a oportunidade de observar como foi implementado o florestamento em Zululand do Norte. Por volta de 1995/6, visitei a família Mlambo que frequenta minha igreja em Mtubatuba, localizada no meio de plantações de Gum [eucaliptos]. Todas as famílias tinham transformado as terras em plantações de eucaliptos ou cana-de-açúcar. O resultado foi o esgotamento de todos os mananciais e córregos locais. Havia longas filas no local em que acostumava a ser um manancial permanente. As pessoas deviam esperar que a água chegasse. Quando disse a eles que isso era devido às árvores de gum que eles tinham plantado, não acreditaram em mim. E prognostiquei que os córregos e o manancial logo secariam.

Poucos anos depois, eles telefonaram para dizer que minha predição era certa. As terras de pastagem para o gado desapareceram, já que as árvores de gum substituíram todas as pradarias. A água dos córregos que acostumava a fluir livre e permanentemente em locais como Mtunzini estava no momento estagnada e alguns deles tinham secado.

As pessoas tinham que comprar os comestíveis cada mês. Os cultivos comerciais não eram cultivos alimentares. As pessoas sem dinheiro para comprar mantimentos morriam de fome. As culturas de milho cercadas por plantações de gum tornaram-se amarelas, já que as raízes das árvores de gum foram se espalhando e absorveram toda a água. Foram queimadas sob altas temperaturas por serem protegidas dos ventos refrescantes.

É a isso que querem que nós estejamos sujeitos? O povo será informado de todos esses efeitos secundários e dos impactos ambientais? , nós já temos mais que suficientes plantações de gum e Black wattle [acácia]. Acho que é mais uma solução rápida da que não foi feita nenhuma avaliação do impacto ambiental para informar o povo das conseqüências. O governo de nosso país não implementa a maravilhosa constituição que temos, que nos garante o direito a um ambiente saudável e inofensivo e a um ambiente protegido em benefício das futuras gerações. As avaliações de impacto ambiental (EIA) são inúteis a menos que o povo seja informado para poder engajar-se no processo. Portanto, o primeiro passo é dar informação ao público. Nossos governos se arriscam a propor qualquer desenvolvimento porque sabem que o povo é analfabeto nas áreas rurais.

Eu não apoiaria isso para minha comunidade. Seria feliz se pudesse fazer alguma coisa para reduzir o número de plantações de gum que já temos. Esse é outro projeto para satisfazer a avidez de grandes empresas madeireiras como a SAPPI e a MONDI. Os principais culpáveis da perda de biodiversidade no país são as plantações de madeira. Também são os maiores financiadores da educação ambiental. Acho muito exclusivo o fato de os Centros de Educação Ambiental estarem financiados pelas mesmas empresas que causam o problema. Tal situação coloca os profissionais em problemas porque não podem dizer nada contra os culpáveis enquanto informam o público. É ridículo.”

Os impactos mencionados não são invenções de Sinegugu. Quase os mesmos impactos podem ser documentados em cada país- da América Latina à Ásia- em que foram estabelecidas tais plantações. Até quando o setor da polpa e o papel prevalecerá sobre as pessoas e o ambiente? Até quando os governos do Sul apoiarão essa atividade destruidora? Até quando continuarão mentindo sobre os empregos gerados?

Artigo baseado no correio eletrônico enviado por Sinegugu Zukulu, que autorizou o WRM a usá-lo.

[início](#)

- Brasil: resposta à tentativa da Veracel de obter o selo do FSC para suas plantações

A certificadora SGS tem iniciado um processo de consulta para certificar perante o FSC as plantações de eucalipto da companhia florestal Veracel Celulose S.A. –propriedade da sueco-finlandesa Stora Enso e da norueguês-brasileira Aracruz Celulose-, estabelecidas em 78.000 hectares no extremo sul do Estado da Bahia e cujos impactos ocasionam grande resistência local (vide Boletim Nº 109). A avaliação principal será realizada entre 23 e 27 de julho de 2007.

A seguir publicamos uma Carta Aberta que significa um alerta para impedir que a Veracel receba esse selo, ao mesmo tempo que reflete a indignação perante a pretensão de certificar um empreendimento que tem causado e continua causando tanta dor e sofrimento.

Carta Aberta à mulheres e homens de boa vontade

Vou falar de coisas que acredito serem muito contraditórias. Como compreender a Certificação de PLANTAÇÃO DE ÁRVORES? Não, não é tão simples assim. Não se trata de árvores nativas do Bioma MATA ATLANTICA, onde nasci e cresci. Onde vivenciei vários ciclos de destruição mas nada comparado a este último: a monocultura de eucalipto!! Eu vi a mata sendo tombada para dar lugar a plantação de eucalipto! EU VI. Eu vi rios, córregos e nascentes secarem! Eu vi o trabalhador rural, o homem do campo, que não sabe ler nem escrever e que só aprendeu trabalhar na terra, com os dez, onze filhos vindo para cidade chorando, temendo o destino incerto. Hoje, os filhos mais velhos estão vendendo drogas nas esquinas, alguns até já foram presos e mais velho a policia matou. Ora, trata-se de bandido de alta periculosidade!! Vejam só. E o pai chorando, repete como para se convencer de que não teve culpa. — eu não ensinei o meu filho roubar nem matar, minha senhora!! Eu ensinei ao meu filho como plantar e colher, ensinei o ciclo das plantações o que se plantar em cada época. E ele aprendeu, era muito bom nisso, mas nos faltou a terra...

Os filhos mais novos e os netos, filhos do filho morto foram para a Casa de recuperação SOS vida para se recuperar da desnutrição profunda, causada pela falta de alimentos.

E neste momento, recebo um texto, extraído do "Valor Econômico" com o título, Veracel se arma contra opositores à fábrica, que diz: "A indústria de celulose está se municiando de informações estatísticas encomendadas de instituições independentes para mostrar os efeitos econômicos e sociais de seus empreendimentos e refutar as críticas geradas contra suas fábricas.

A Veracel, fabricante de celulose situada no extremo Sul da Bahia, divulga hoje um estudo indicando que já é responsável por aproximadamente 15% do PIB agropecuário da região. A fábrica, que começou a operar em maio de 2005, respondeu por 60% de todo o crescimento econômico regional no período de 2003 até 2006.

"Sabemos que a Veracel tem um efeito positivo sobre a Bahia e a região, mas não sabíamos o quanto", diz o presidente da companhia, Renato Gueron.

Ele explica que uma das razões para elaboração do estudo realizado pela divisão de projetos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi obter dados concretos para contrapor a opinião de pessoas contrárias às fábricas de celulose. "Existem organizações não-governamentais, movidas por ideologia, e outros grupos sem argumentos técnicos que se opõem ao nosso tipo de empreendimento", alega Gueron".

Eu faço parte do grupo, que segundo o diretor da empresa, age por ideologia e não possui argumentos técnicos. Ora, então pressuponho que o que vejo, não é a realidade, não é cientificamente comprovado. Para ser cientificamente comprovado, necessito de um técnico, um acadêmico, que siga as normas e regras pré-estabelecidas e manipuladas, uma pessoa que tenha lido centenas e centenas de livros e que diga em um relatório extenso e incompreensível que o que tenho visto e vivenciado é verdade!

Mas esta situação é vista e vivenciada por homens, mulheres, jovens e crianças da pior forma. Sentimos na pele todos os dias as conseqüências nefastas do crescimento econômico regional que respondeu por 60% no período de 2003 a 2006! Mas de qual crescimento estão falando e para quem!!! Certamente eles estão falando dos lucros distribuídos entre Aracruz e Stora Enso, sócias da Veracel! É só isso que é verdadeiro, os lucros são tecnicamente comprovados. E depois se ninguém se dispõe a comprovar que o povo desta região está vivendo miseravelmente,

como provar? Pobres passando fome, pobre assaltando e roubando, que mal há nisso? Temos é que construir presídios! Já passou da hora de Eunápolis ter um presídio!

A justiça, os políticos, os cientistas, os acionistas não vivem aqui e os poucos que vivem, tem segurança particular e constrói muros altos para proteger suas casas e suas famílias. São os homens de bem, que detém a verdade! E a verdade é que a região tem crescido economicamente e já é responsável por 15% do PIB. Diante disto, vamos esquecer que para obter este resultado, a empresa desmatou a Mata Atlântica; que a empresa recebeu do IBAMA no ano de 2005 uma multa por ter impedido a regeneração de 1.200 hectares de mata em estágio de regeneração; que recebeu outra multa do IBAMA em 2007 por ter jogado veneno em nascentes; que a justiça determinou que ela cumprisse a lei e retirasse o plantio de eucalipto do entorno dos Parques Nacionais (Pau Brasil, Descobrimento e Monte Pascoal); que está sendo obrigada pela justiça federal a pagar direitos trabalhistas sonegados aos trabalhadores do Instituto Veracel; vamos esquecer também que este instituto era uma fachada, onde as crianças recebiam roupas novas e sapatos para esperar as visitas ilustres da Suécia e da Finlândia e quando a visita ia embora os funcionários eram obrigados a pegar de volta as roupas e sapatos deixando as crianças chorando descalças e com roupas rasgadas; vamos esquecer que a empresa não cumpre as condicionantes determinadas no licenciamento ambiental concedido pelo Conselho de Meio Ambiente do Estado da Bahia como por exemplo, fornecer madeira para outros fins para evitar pressão sobre o que resta da Mata Atlântica ou não adquirir áreas de pequenos proprietários sem aval do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; vamos esquecer que em apenas um município, Eunápolis, do ano de 1996 ao ano 2000 perdeu-se cerca de 7 000 famílias do campo visto que as terras foram vendidas para a empresa Veracel; que ela destruiu uma comunidade (Maurília) para construir a fábrica e que as pessoas desta comunidade vivem hoje nas periferias das cidades, sem emprego, na miséria; que a comunidade localizada ao lado da fábrica (Barrolândia), tem gente morrendo de inanição e fome pois as pessoas viviam das atividades rurais e hoje no seu entorno só existe plantação de eucalipto; que além da fome as pessoas desta comunidade estão morrendo de Hanseníase e tuberculose; vamos esquecer o desrespeito desta empresa com a Legislação Brasileira e CERTIFICÁ-LA.

O objetivo da Veracel é conquistar a certificação FSC (sigla de Forest Stewardship Council ou Conselho de Manejo Florestal) que é uma Organização não-governamental surgida em 1993, no Canadá. Esta certificação comprova que todo processo produtivo de uma empresa, desde a produção de sementes de eucalipto até a fabricação de celulose, é realizado de forma ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável. E pelo que podemos verificar ela é apenas economicamente viável, e economicamente viável para os seus acionistas estrangeiros! Restam apenas miséria, fome e desemprego para o POVO BRASILEIRO!

A plantação desenfreada de eucalipto na região do Extremo Sul da Bahia, já se apropriou de quase todas as terras produtivas, fazendas tradicionais, comunidades de referencia do campo, agrovilas, estradas, riachos, casarios centenários, enfim de tudo que compõe a cultura de um povo.

Tudo isso foi conquistado pela empresa através de falsas promessas e enganações. A população regional foi ludibriada pelo poder econômico e a capacidade intelectual dos técnicos desta empresa. Hoje o povo da região está consciente dos malefícios causados pela Veracel e periodicamente encontramos na imprensa, manifestações populares, acusando a empresa de desrespeito e irresponsabilidade.

Conceder certificação a uma empresa como a Veracel significa dizer que o POVO BRASILEIRO não deve existir, que o POVO BRASILEIRO está condenado a morrer de fome!!!

Eunápolis, 20 de junho de 2007.

Por Ivonete Gonçalves, Educadora e Coordenadora Executiva do CEPEDS - Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul – Bahia.

Nasceu e vive em Eunápolis, município castigado pela monocultura de eucalipto e a fábrica de celulose da Veracel.

- Equador: clamor popular pela revisão do Plano Agrário Florestal

Através de vários programas e iniciativas estatais, apoiados por órgãos de cooperação internacional, as monoculturas de plantações de árvores de variedades de rápido crescimento têm sido estabelecidas nas três regiões continentais do Equador e espalham-se de forma rápida, geralmente destruindo ecossistemas primários.

Tanto as plantações usadas como sumidouros de carbono na região dos Páramos, quanto as plantações de pinheiros na Serra Central ou as plantações de eucaliptos e de dendezeiros na zona tropical da província de Esmeraldas na região do Chocó são desenvolvidas dentro do mesmo modelo: monoculturas em longa escala para o grande mercado exportador e para beneficiar o agronegócio. Ficam pelo caminho as economias locais, as formas de vida e culturas das comunidades e sua soberania alimentar, a água, o solo, o futuro...

Diante desta situação, numerosas comunidades afetadas reuniram-se no mês passado e apresentaram a carta a seguir:

“Carta Aberta ao Presidente Rafael Correa e à População Equatoriana Sobre o Plano Nacional de Florestamento e o Plano Nacional Agrário

As organizações indígenas, afrodescendentes e camponesas reunidas na cidade de Quito, em 24 de maio de 2007, para analisar os planos nacionais de florestamento e agrário, queremos manifestar nossa preocupação ao Senhor Presidente Rafael Correa.

Sabemos que é prioridade de seu Governo o trabalho em benefício das populações que tradicionalmente têm sido excluídas, como as populações indígenas, afrodescendentes e camponeses deste país; temos depositado a nossa esperança nesta administração, pois as políticas de Estado tradicionalmente têm beneficiado e continuam beneficiando os grandes proprietários de terras, os grandes produtores e os agro-exportadores, em detrimento da economia camponesa.

No entanto, temos reparado que o programa do atual Ministro da Agricultura segue a mesma linha, a Pátria continua sendo de uns poucos. Ele privilegia os agronegócios, promove as monoculturas e pretende implementar um pacote tecnológico que causa danos aos recursos naturais, aos solos, à água e à biodiversidade, aprofundando as desigualdades no campo e os processos de empobrecimento dos camponeses. Promove-se a produção de monoculturas para biocombustíveis, sem levar em consideração os requerimentos de soberania alimentar ou a defesa dos direitos coletivos das Nacionalidades e dos Povos.

Além disso, visa a um reflorestamento antiecológico com monoculturas, sem pesquisas prévias de impacto sobre as formas de vida camponesas e rurais, relacionado com uma abordagem que coloca como única estratégia as plantações florestais destinadas à indústria e à exportação.

As organizações rurais, camponesas, afrodescendentes e indígenas do Equador presentes no Encontro, Sujeitos fundamentais das políticas do Estado, requeremos que o Governo Nacional do Economista Correa exija coerência ao Ministro da Agricultura com a proposta de refundação do Equador em benefício da população mais pobre do país.

As organizações rurais, campesinas e indígenas do Equador, presentes no Encontro requeremos:

1. A Reforma Agrária integral que controle e elimine a concentração das terras, permitindo o acesso de pequenos produtores aos recursos produtivos com justiça.

2. A proteção e fomento da produção agroalimentar nacional, privilegiando programas produtivos sustentáveis coadministrados pelas organizações rurais do país.
3. A defesa da biodiversidade, os recursos fitogenéticos e os saberes ancestrais, impedindo a promoção de monoculturas agrícolas e florestais que os afetem, impedindo a introdução de sementes transgênicas bem como pacotes tecnológicos violentadores.
4. Políticas inclusivas para o setor agropecuário que respeitem a diversidade dos povos e nacionalidades, dos camponeses e camponesas, promovendo a interculturalidade; o reconhecimento da contribuição das mulheres nos processos produtivos soberanos.
5. Que toda política agrária e florestal seja elaborada com a participação central das organizações camponesas, indígenas e afro-equatorianas, respeitando suas formas próprias de manejo e garantindo seu controle sobre os recursos naturais dentro de seu território.
6. Que a soberania alimentar local e nacional seja garantida, permitindo que recursos tais como a terra e a água sejam utilizados para satisfazer as necessidades alimentares da população antes que qualquer atividade extrativa (mineira, petroleira ou madeireira) e que o uso da água seja para o consumo humano, não para represas hidrelétricas.
7. Os recursos do Estado devem ser destinados a garantir o cumprimento das demandas anteriores e não ao fomento dos agronegócios, não devem ser promovidos mecanismos de endividamento que fomentem um mercado de terras injusto.

Fazemos um apelo ao Senhor Presidente, para que hoje, 24 de maio, que estamos comemorando a independência do Equador, seja um dia em que as organizações camponesas, indígenas e afrodescendentes comemoemos o fim de uma longa noite neoliberal.”

(Seguem assinaturas)”

Informação enviada por: Acción Ecológica, email: cbosques@accionecologica.org

[início](#)

- Indonésia: uma Visão Comum a fim de deter a expansão das plantações madeireiras para celulose

Membros de vinte e cinco ONGs indonésias e organizações comunitárias se reuniram em Riau, Sumatra, no dia 13 de janeiro de 2007, para manifestarem suas sérias preocupações pelo impacto da indústria papeleira e celulósica e das plantações de árvores de crescimento rápido, sobre os povos e as florestas.

Sob o programa chamado de HTI (Hutan Tanaman Industri), “Plantações madeireiras industriais e Desenvolvimento da Indústria da Celulose”, lançado pelo governo no início dos anos 80, mais de cinco milhões de hectares foram destinados à monocultura de árvores de crescimento rápido (Acacia mangium e Eucaliptus) a fim de abastecer as indústrias da celulose, do papel e do raio. Essa expansão maciça está levando à transformação de florestas primárias em plantações madeireiras – além de plantações de seringueiras e dendezeiros.

Representantes de organizações da sociedade civil (CSOs), que vêm discutindo as demandas básicas a serem feitas à indústria da celulose e do papel, bem como ao governo, apresentaram e assinaram um documento que expressa sua profunda convicção de a expansão das plantações de madeira para celulose “ter ultrapassado os limites que as

florestas e a humanidade podem suportar”.

O processo em andamento para incluir o país no mercado mundial do papel como fornecedor de matéria prima barata tem sido sustentado pela exploração da natureza assim como pelo sofrimento e desapropriação dos povos da floresta. Como afirmam no documento: “O uso da floresta para satisfazer a demanda de matéria prima para a indústria da celulose e do papel visando o fornecimento de papel para consumo internacional, tem um histórico terrível de expropriação e violação dos direitos das comunidades, que já deixou cicatrizes. Vimos como a manipulação do mercado, facilitada por várias políticas governamentais, acarretou, direta e indiretamente, práticas de empresas que prejudicam o modo de vida dos povos e o meio ambiente em geral.”

Os impactos negativos da indústria da celulose e do papel no meio ambiente e nas comunidades vizinhas priva os habitantes de seu sustento e gera conflitos sociais e pobreza. Portanto, a reivindicação é “salvar as florestas remanescentes e proteger os direitos das comunidades locais e indígenas de desastres inimagináveis em todas as áreas atingidas pelas plantações madeireiras para celulose e pelas fábricas de celulose e papel.”

Entre as partes envolvidas há agora uma “visão compartilhada sobre a reconstrução e transformação necessárias para o desenvolvimento das indústrias papelreira e celulósica na Indonésia.”

Eles afirmaram que: “Uma série de tópicos foram levantados à medida que compartilhamos nossas experiências de organizar a forma de dar apoio e ajuda às comunidades afetadas através de discussões sérias sobre a indústria papelreira e celulósica. Isso nos motivou a juntar nossas forças e pressionar para mudar políticas no intuito de deter todas as práticas prejudiciais e qualquer expansão ulterior dessa indústria. Nos próximos anos, pretendemos monitorar de perto todos os instrumentos políticos e pressionar para conseguirmos as mudanças e revisões correspondentes, trabalhando juntos cada um do seu jeito.”

Com base nestas experiências, redigimos esta Visão Comum para mudanças na Indústria Indonésia do Papel e da Celulose que trata de políticas, a indústria e condições sociais.

INTENÇÕES

Garantir que os direitos e os interesses das comunidades locais e indígenas sejam respeitados e que as prioridades ecológicas sejam protegidas ao ser atendida a demanda de papel indonésio.

OBJETIVOS

1. Intervir nas mudanças das políticas em nível local, nacional e internacional que promovam a expansão de plantações madeireiras para celulose e da indústria papelreira e celulósica na Indonésia.
2. Ampliar o reconhecimento das práticas florestais sustentáveis das comunidades locais e das comunidades indígenas.
3. Fechar as fábricas de papel e de celulose que provoquem poluição ambiental e prejudiquem os interesses comunitários; opor-se à construção de novas fábricas e deter a expansão das plantações de madeira para celulose.

A próxima ação das CSOs é fazer uma reunião estratégica de acompanhamento no fim deste ano.

Artigo baseado no “CSOs take a stand on the take a stand on pulp”, Down to Earth Nº 73, May 2007, e-mail: dte@gn.apc.org, <http://dte.gn.apc.org>

início

- Tailândia: maquiagem verde da Advance Agro

A Advance Agro é uma das maiores empresas de papel e celulose da Tailândia, com uma produção de 427.000

toneladas de celulose e 470.000 toneladas de papel ao ano. A empresa comercializa sua marca "Duplo A" de papel para fotocópias com uma série de alegações ambientais. Em maio de 2007, uma empresa australiana chamada Access Economics corroborou essas alegações com um relatório intitulado "Benefícios Ambientais do Papel Duplo A".

O relatório compara as operações relacionadas com o papel e a celulose em vários países colocando um preço nos impactos ambientais da produção de celulose e conclui que os custos ambientais do papel Duplo A são menores que qualquer outro produzido pelas fábricas de papel examinadas. Como o relatório foi encomendado pela Advance Agro e a Mango Communications (uma empresa de relações públicas australiana contratada pela Advance Agro desde novembro de 2006) não deveríamos ficar tão surpresos. No entanto, resulta revelador observar como os consultores da Advance Agro chegaram a essa conclusão.

Primeiramente, a Access Economics ignora os históricos antecedentes da Advance Agro. "Nenhuma floresta nativa é prejudicada com as atividades de elaboração do Duplo A," afirma o relatório. Mas as florestas foram destruídas a fim de estabelecer as plantações para as atividades da Advance Agro. A Advance Agro faz parte do grupo Soon Hua Seng. Em 1990, uma centena de empregados da Suan Kitti (uma subsidiária da Soon Hua Seng) foram detidos por desmatarem ilegalmente 1.600 hectares da Reserva Florestal na província de Chachoengsao com o intuito de preparar a área para o estabelecimento das plantações destinadas a alimentar as fábricas de celulose para elaborar o Duplo A. A Suan Kitti Reforestation também foi responsabilizada pelo desmatamento ilegal de uma área de 4.800 hectares na província de Prachinburi. A fábrica de celulose do grupo Soon Hua Seng ia ser nomeada "Suan Kitti pulp mill", mas depois do escândalo, a empresa mudou o nome para Advance Agro.

"O relatório da Access Economics está baseado nas atuais políticas de produção do Duplo A e nos processos de cultivo das árvores," Thirawit Leetavorn, vice-presidente executivo sênior para a região da Advance Agro, disse ao WRM por e-mail.

Em segundo lugar, a Access Economics falseia os dados referentes à poluição. Conforme uma nota de rodapé de uma tabela em um apêndice do relatório, não há dados disponíveis sobre o despejo das águas residuais da Advance Agro. Assim, a Access Economics usa uma cifra resultante da média de duas fábricas finlandesas, "com o argumento que a fábrica tailandesa que produz papel Duplo A usa tecnologia finlandesa".

Como tal informação é crucial em toda análise de impactos ambientais decorrentes da produção de papel e celulose, pedi a Thirawit Leetavorn que me explicasse por que a Advance Agro não providenciava essa informação. Toda sua resposta foi "não".

Os halógenos orgânicos absorvíveis (AOX) são um grupo de compostos químicos produzidos ao reagir o cloro com a madeira durante o processo de branqueamento da produção de celulose. Conforme a Access Economics, o despejo de AOX do Duplo A é de 2,00 quilogramas por tonelada de celulose produzida secada ao ar livre - o mais alto de todas as fábricas consideradas (mais do dobro da cifra média dos EUA, por exemplo). Tal fato não é mencionado em nenhuma parte do relatório.

Perguntei a Thirawit Leetavorn pelos registros de medidas de poluentes nas águas residuais do Duplo A nos últimos 12 meses. Ele se negou a providenciar os registros, mas garantiu que "o Duplo A assegura que a quantia dos elementos contidos nas águas residuais satisfazem os padrões ambientais mais altos."

Em terceiro lugar, a Access Economics tenta fazer desaparecer as plantações da Advance Agro. Conforme a Access Economics, a Advance Agro obtém a madeira de "eucaliptos plantados por agricultores ao longo das beiradas das plantações de arroz". A empresa afirma ter contratos com um milhão de agricultores. Thirawit Leetavorn me enviou algumas bonitas fotografias de eucaliptos plantados ao longo das beiradas dos arrozais. "Não, nós não temos plantações industriais de árvores," ele escreveu em resposta a minha pergunta sobre a área de plantações da

companhia.

Há quatro anos o WRM visitou a Tailândia. Falamos com os moradores que vivem nas proximidades das plantações e soubemos que eles tinham vendido suas terras à empresa. Soubemos que a empresa tinha estabelecido plantações de eucaliptos justamente sobre os arrozais deles. E nós vimos grandes áreas com plantações de eucaliptos

Existem três evidências adicionais que sugerem que as plantações da Advance Agro não saíram do local. A Access Economics menciona que "As águas residuais tratadas [são] usadas para irrigar as plantações de árvores." Em uma matéria de dezembro de 2006, a respeito da Advance Agro, a Pulp and Paper International informou que "As fibras provêm de uma plantação comercial de cinco anos." E uma das páginas web da Advance Agro afirma: "Na produção de papel Duplo A, usamos matérias primas provenientes de nossas próprias plantações."

Atualmente, a Advance Agro planeja construir uma nova fábrica de celulose de 500.000 toneladas anuais e uma fábrica de papel de 500.000 toneladas anuais. A consultora finlandesa Pöyry concluiu um estudo de viabilidade em 2006. A Advance Agro apresentou uma avaliação do impacto ambiental junto às autoridades tailandesas e está em negociações com a Mitsubishi (Japão), a Voith (Alemanha) e a Metso (Finlândia) para obter o fornecimento de maquinário. O relatório da Access Economic é uma ferramenta de marketing usada para ampliar as vendas de Duplo A na Austrália visando a nova expansão da capacidade de papel e celulose. O relatório é uma maquiagem verde.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

- Uma reunião com banqueiros na Europa a respeito de fábricas de celulose e questões financeiras

A entrada no banco não existe na escala humana. Construído de aço e vidro, o edifício domina os visitantes como uma gigante máquina imaculadamente limpa. Uma máquina para engolir pessoas e fazer dinheiro, talvez.

Visitei os escritórios centrais do banco na semana passada, como parte de uma reunião organizada pela ONG alemã Urgewald para discutir o financiamento bancário da indústria da celulose. Desde o andar 50º, onde ocorreu a reunião, a vista é espectacular. O sol brillava, refletindo-se desde o rio enquanto descrevia uma curva através da cidade. Não estava à vontade, no ventre da besta capitalista. Cerca de uma dezena de banqueiros, dos sete bancos principais, compareceram para assistir às apresentações de seis ONGs. (A reunião aconteceu sob a "Chatham House Rule", o que significa que posso usar as informações da reunião, mas não posso dizer quem disse o quê, nem quem mais estava presente nela).

Antes da reunião, tinha calculado que os planos da indústria celulósica consistiam em construir aproximadamente 25 milhões de toneladas de nova capacidade nos próximos cinco anos. A imensa maioria planejada para o Brasil, Uruguai, Rússia, China, Austrália e Indonésia. Mesmo considerando o fechamento de fábricas de celulose no Norte, trata-se de um aumento drástico da capacidade. Durante a última década, a indústria teve uma expansão de cerca de um milhão de toneladas anuais. Agora planejam uma expansão quintuplicada. Na reunião ficou claro que a cifra de 25 milhões de toneladas era uma subestimação. Estão planejadadas três novas fábricas de celulose na Rússia e uma na Malásia, e nenhuma delas estava incluída em meus cálculos.

O ciclo de auge e queda da indústria da celulose está diretamente ligado a sua capacidade ociosa. A indústria se expande quando o preço da celulose é alto. Quando a nova capacidade está em funcionamento, o preço despenca. Já aconteceu antes (reiteradamente) e parece que está prestes a acontecer mais uma vez.

Na reunião, os banqueiros souberam das promessas feitas há 20 anos na Indonésia. A indústria da celulose iria trazer prosperidade. Iria gerar empregos e salvaria as florestas, ao ser providenciado um uso econômico para a madeira. A realidade evidencia que a indústria trouxe poluição, escassos empregos, conflitos sociais, conflitos por direitos territoriais e destruição de extensas áreas de florestas. Até onde as plantações foram estabelecidas, substituíram as florestas. Atualmente, as empresas da celulose em Sumatra estão desmatando florestas de turfeiras e drenando os pântanos para estabelecerem plantações. Nesse processo, estão sendo liberados à atmosfera grandes volumes de carbono armazenado na turfa.

A dependência que a indústria da celulose tem da madeira implica a necessidade de extensas áreas de plantações industriais de árvores a fim de alimentar as fábricas que hoje produzem um milhão de toneladas anuais. Isso inevitavelmente conduz a conflitos pelos direitos territoriais, já que tais extensões de terra não estão por aí sem serem usadas. Os conflitos por direitos territoriais no Brasil são cada vez maiores, e o Movimento dos Sem-Terra (MST) reiteradamente tem tido como meta as plantações de eucaliptos da indústria da celulose em suas ocupações de terra.

Os banqueiros souberam do impacto das plantações industriais de árvores sobre a água. Como os poços se esgotam, os níveis de água subterrânea caem, os córregos estacionais deixam de correr de forma permanente, as áreas pantaneiras secam, as fontes de água para lavar e beber secam; e como se torna impossível cultivar lavouras de alimentos básicos como os arrozais ao estarem cercados de plantações.

Os banqueiros também souberam das sugestões para eles elaborarem padrões com vistas à evitar os investimentos nos piores projetos de plantações e celulose. Souberam de um projeto de mapeamento que demarca as florestas primárias. Souberam da série de mecanismos que, conforme as leis internacionais, poderiam ser implementados nos casos de abusos dos direitos humanos ligados às fábricas de celulose, por exemplo. Souberam como vários bancos comerciais nos EUA, Países Baixos e no Reino Unido tinham elaborado políticas florestais, em parte como uma tentativa para evitar o envolvimento em projetos destrutivos como os da APP e APRIL na Indonésia. O ABN Amro está trabalhando na aplicação de sua política florestal em todas as atividades do banco e não apenas no financiamento de projetos. Isso é crucial no setor da celulose, já que a maioria das fábricas de celulose estão financiadas através de bonos, ações, participação no capital e empréstimos corporativos gerais.

Os bancos nos disseram que não têm suficiente capacidade para desenvolverem políticas florestais próprias. Mesmo levando a cabo as devidas diligências, parece que é difícil. Alguns deles disseram que se o projeto estava coberto pela seguradora alemã Euler Hermes, investiriam sem maiores avaliações adicionais. São notícias extremamente preocupantes para as ONGs que desenvolveram campanhas durante anos a fim de a Euler Hermes implementar padrões significativos que excluíssem os projetos social e ambientalmente destrutivos. Em 2004, a Euler Hermes providenciou um seguro de crédito à exportação para a APP China apesar dos problemas causados pela empresa na Indonésia. A Greenpeace China documentou o desmatamento ilegal da floresta por parte da APP China em Yunnan e o estabelecimento de plantações dentro de áreas protegidas em Hainan.

Nós apontamos os problemas decorrentes de confiar na Euler Hermes. Bem, existe a política florestal do Banco Mundial, responderam os bancos. Ou existem as abordagens comuns da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) para as agências de crédito à exportação. Ou os Princípios Equatoriais. Vale tudo, parece, antes de os bancos admitirem que devem observar criticamente seu envolvimento nos enormes problemas causados pela indústria da celulose e as plantações industriais correspondentes. Vindo de bancos que empregam dezenas de milhares de pessoas e geram bilhões de euros de lucro anual, isso é um pouco difícil de aceitar.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

AGROCOMBUSTÍVEIS

- Os agrocombustíveis: uma virada na concentração do poder

Os agrocombustíveis entraram de forma estrondosa e rápida nas agendas dos governos, do Norte ... e do Sul. Prometem independência energética, negócios, solução para o aquecimento global, negócios, mais divisas, negócios!!

Provocam também novos posicionamentos político- regionais. Em sua controversa passagem pela América Latina, Estados Unidos visava consolidar uma aliança com o Brasil no tocante ao etanol. Cuba tem se pronunciado contra os agrocombustíveis, junto com Venezuela e Bolívia. Outros olham, ouvem e calam... mas os agrocombustíveis estão na agenda, e estão sendo criados os contextos jurídicos que os habilitam.

A possibilidade de reutilizar óleo comestível usado, casca de arroz, pasto ou palha pode dar a imagem de um bom aproveitamento e reciclagem dos recursos. Mas, na realidade, se olhado em um sentido macro, a febre dos agrocombustíveis vem em outro pacote bem diferente: intensificação da agricultura industrial (com o consabido modelo de monoculturas -desde culturas alimentícias até árvores- em grande escala) e transformação de grandes áreas de terras de lavoura em plantações para energia, sem qualquer dúvida nos países do Sul. Afinal, uma guinada da colonização. E um novo pulo na acumulação do poder.

O caso do etanol celulósico providencia um cenário ideal para tal concentração do poder.

Do ponto de vista das pesquisas que vêm sendo realizadas para a obtenção de etanol a partir de celulose de espécies lenhosas (também conhecido como "treethanol", por derivação do inglês), há duas linhas principais de trabalho:

- * tratamento da celulose por hidrólise com enzimas, e
- * tratamento da celulose por transformação termoquímica

A primeira ainda está em fase de laboratório e trabalha-se com engenharia genética para obter, por um lado, enzimas transgênicas e por outro, árvores que cresçam mais rapidamente, que produzam menos lignina, ou que a celulose seja mais facilmente degradável. A biologia sintética (combinação de engenharia genética e nanotecnologia) trabalha na criação de organismos totalmente novos, neste caso enzimas. É o que fazem as empresas Genencor (EUA), Novozymes (Dinamarca) e Diversa, à procura de enzimas mais baratas e eficientes. Tais técnicas e pesquisas reforçam o modelo de monocultura, em detrimento da diversidade de espécies, já que seria bem mais custoso fazer uma pesquisa das múltiplas enzimas necessárias para degradar a celulose de espécies de árvores diferentes.

A procura de diminuir o custo das enzimas (transgênicas ou sintéticas) para a obtenção de etanol celulósico envolve milhões de dólares. Entre os grandes investidores está o Departamento da Energia dos EUA, que concedeu uma subvenção de US\$ 385 milhões durante quatro anos a seis projetos voltados para a produção de etanol celulósico. O Departamento da Agricultura dos EUA também financia numerosos projetos em várias universidades do país.

O etanol celulósico torna-se uma nova mercadoria em torno da qual se nucleiam poderosos grupos de diversos setores que montam um intrincado labirinto de interconexões, fusões, alianças: empresas de biotecnologia como Diversa Corp, Genencor (EUA), Novozymes Inc. (Dinamarca), compartilham interesses com as empresas automobilísticas Ascoma (EUA), ou a Volkswagen, e com as petroleiras Chevron e BP. Essas pesquisas têm o apoio de centros de pesquisa como Craig Venter dos EUA, Scion e AgResearch da Nova Zelândia, SweTree Technologies da Suécia. Por sua vez, a ArborGen --conformada pelas papelarias International Paper e Mead Westvaco e a empresa de biotecnologia Genesis-- avalia a viabilidade de comercializar biocombustíveis a partir de celulose.

A outra linha de trabalho para a obtenção de etanol celulósico através da conversão termoquímica, que é realizado em biorrefinarias, habilita também outro tipo de alianças. As empresas de celulose e papel estão se aliando com companhias químicas, porque parece que seria relativamente simples transformar as fábricas de celulose em biorrefinarias termoquímicas ou integradas, para processar etanol a partir da celulose. A fábrica de celulose poderia gasificar a biomassa para criar gás sintético (syngas) e depois transformá-lo em uma série de combustíveis e materiais químicos. Para as companhias de celulose e papel é uma oportunidade comercial a mais já que abre para elas outro mercado e poderiam então optar por quem oferecer mais.

Desta forma, o modelo de gasificação de biomassa tem criado uma convergência de interesses da indústria de celulose e papel com a indústria química. Algumas alianças já cristalizaram, como a da empresa florestal Weyerhaeuser com a petroleira Chevron.

Este é, portanto, um dos aspectos mais alarmantes dos agrocombustíveis: agrupa poderosos atores de diferentes setores que antes não tinham colaborado tão estreitamente e assim potenciam mais um pulo qualitativo na concentração do poder mundial.

No entanto, também gera outro processo no sentido oposto. A resistência a este avanço dos agrocombustíveis, com a enorme usurpação que supõe, potencia uma maior sinergia entre organizações e movimentos sociais que provavelmente antes lutavam de forma paralela. As comunidades camponesas, ameaçadas em seus modelos de agricultura biodiversa; as comunidades indígenas das florestas, ameaçadas pela destruição de seu hábitat com o avanço das plantações de culturas energéticas; aqueles que defendem a água e a terra, alertas diante da expansão de uma agricultura que se apossa da terra e da água; aqueles que lutam pelos direitos humanos, já que o avanço dos grupos de poder é feito às custas dos direitos humanos dos povos.

Todos esses movimentos vão convergindo em torno da resistência a esta nova arremetida e vão juntando forças para denunciar sua origem- um modelo de produção, comercialização e consumo irresponsável, despiadado e desumano. Nesse processo vão moldando-se outros valores, outros princípios, outros modelos, outro mundo.

Por Raquel Núñez, WRM, correio eletrônico: raquelnu@wrm.org.uy

[início](#)

- Plantações de eucaliptos como combustível de biomassa: substituição do errado pelo funesto

Cada vez mais a corrida para usar biomassa como fonte alternativa de energia que supostamente reduz as emissões de CO2 está ocultando o padrão de consumo insustentável que subjaz ao aquecimento global e à mudança climática.

Os enfoques reducionistas se focalizam em soluções que causam mais dano. Esse é o caso de um importante projeto europeu que tem identificado com entusiasmo as plantações de eucaliptos em escala industrial como resposta para processos de fabricação de aço que dizem ser menos poluidores.

Liderada pelos principais fabricantes de aço europeus, o projeto European Ultra Low CO2 Steelmaking – ULCOS (fabricação de aço com ultra-baixos níveis de CO2, da Europa) envolve o French Agricultural Research Centre for International Development – CIRAD (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento, da França) e seu tema central é substituir os combustíveis fósseis com biomassa, principalmente das plantações de monoculturas de árvores nos trópicos.

Além de desenvolver processos mais eficientes para transformar biomassa em carvão, o projeto objetiva a disponibilidade de biomassa de plantações de eucaliptos e o CIRAD realiza pesquisas sobre a disponibilidade dessa biomassa madeireira. Ele tem identificado "bons candidatos" para a produção de biomassa –o que significa onde

estabelecer plantações de eucaliptos em escala industrial.

Os 'candidatos' escolhidos para albergar essas plantações são: o Brasil, que o CIRAD considera que poderia ter 46 milhões de hectares disponíveis em 2050 e vários países centro-africanos –o Congo (Sul), a República Democrática do Congo (Oeste), Angola (Norte e Este), a Zâmbia (Oeste), a Tanzânia (Oeste e Sul), Moçambique (Norte) e a República Centro-africana (Oeste e Centro), com 46 milhões de hectares.

Isso equivale a aumentar a área de plantações de monoculturas de árvores com os resultantes sérios impactos sobre o solo, a água, a biodiversidade e os meios de vida. O que é ainda pior, o estabelecimento dessas plantações em grande escala destruiria ecossistemas existentes –como já está acontecendo- como pradarias, florestas, terras de turfa, zonas úmidas, que fornecem meios de vida para as populações locais. Essa destruição implica a liberação de enormes volumes de gases de efeito estufa que minam a base desse tipo de projetos.

Substituir o sério problema de queimar grandes volumes de combustíveis fósseis com problemas adicionais como a invasão de ecossistemas altamente diversos e o esgotamento do solo e da água pelos eucaliptos de rápido crescimento somente piorará as coisas. Enquanto isso, o clima continua mudando.

Artigo baseado em informação de "Ultra low carbon steelmaking process",
<http://www.engineerlive.com/features/17481/ultra-low-carbon-steelmaking-process.html>

[início](#)

COMÉRCIO DE CARBONO

- As mudanças propostas às regras do MDL incentivarão o corte das florestas e fornecerão subsídio para a indústria das plantações

Para a decepção de alguns e o alívio de outros, os projetos de plantação de árvores, especialmente aqueles que envolvem monoculturas em grande escala têm estado lutando para ter acesso a um novo subsídio oferecido pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto: Nos três anos que transcorreram desde que as regras para projetos de florestamento e reflorestamento foram adotadas, e depois de doze rodadas de apresentações de metodologias de base, apenas uma plantação, na China, tem sido registrada como projeto do MDL.

Isso vai mudar com uma recente recomendação do Grupo de Trabalho do MDL responsável por esses projetos de plantação de árvores. As mudanças apresentadas pelo Grupo de Trabalho (1) vão fazer de substanciais áreas usadas para manejo de controvertíveis plantações em grande escala, elegíveis como projetos do MDL. As mudanças propostas também introduzem o perverso incentivo para o corte em terras que foram realmente florestadas depois de 1990: um projeto proposto do MDL aprovaria os novos critérios de elegibilidade da terra aplicáveis a terras que podem não ter sido florestas em 31 de dezembro de 1989, mas onde se desenvolveu uma floresta secundária desde a época. Nada nas novas regras propostas evitaria o corte de floresta secundária que se tenha desenvolvido desde 31 de dezembro de 1989 e portanto uma companhia de plantações poderia estabelecer posteriormente uma plantação de monocultura de árvores que esteja creditada de acordo com o MDL. Além de arriscar impactos negativos sociais e ambientais e fornecer um subsídio para a indústria das plantações, permitir essa prática também não resultaria em reduções de emissões, já que em ausência do projeto a floresta secundária teria continuado existindo.

Além de fornecer um incentivo para cortar áreas que têm virado florestas desde 31 de dezembro de 1989, as mudanças propostas às regras do MDL também fariam com que a replantação depois da colheita de madeira rotacional regular seja elegível como projeto do MDL. Se as novas regras forem aprovadas pela Diretoria Executiva do MDL seria possível que uma companhia de plantações leve a cabo operações de colheita regulares, passe os

novos procedimentos de elegibilidade de terra do MDL e seja capaz de aumentar os margens de lucros vendendo os créditos de carbono do MDL para o restabelecimento da plantação depois dessa colheita regular. O texto exige que a companhia demonstre que "a terra não foi transformada intencionalmente em terras não florestadas com o fim de implementar uma atividade de projeto de MDL de florestamento/reflorestamento", mas esse requisito poderia com certeza ser cumprido.

Como funcionaria isso?

Uma companhia de plantações leva a cabo uma colheita rotacional regular de suas plantações. Depois disso apresenta uma proposta ao MDL alegando que sem financiamento adicional não seria capaz de replantar (como fez a V&M Florestal e a Plantar em suas propostas ao MDL em 2003-2005). O argumento da companhia de plantação persuadiria os expertos do MDL de que a replantação da plantação não renderia lucros econômicos suficientemente atrativos e somente seria replantada se fosse colocado à disposição financiamento adicional do MDL. O projeto do MDL –o estabelecimento de uma plantação de monoculturas- provavelmente seria considerado adicional, e o MDL forneceria financiamento adicional para as companhias de plantação pelas próprias atividades que estão fazendo de qualquer jeito: re-estabelecendo plantações depois da colheita rotacional regular.

Não há escassez de terras que tenham sido cortadas antes de 1990, onde a restauração florestal comunitária forneceria benefícios ambientais e sociais. A julgar pela lista de projetos propostos de plantação de árvores do MDL, aqui não é onde o interesse da maioria dos proponentes de projetos do MDL reside. A grande maioria de propostas envolvem o estabelecimento de plantações madeireiras comerciais em grande escala. As novas regras propostas –se forem adotadas em sua forma atual pela Diretoria Executiva- abrirão grandes áreas de terras não elegíveis atualmente para o subsídio de plantações do MDL. Um subsídio do MDL desse tipo da venda de créditos de carbono pode aumentar o retorno econômico das plantações em locais onde outros usos da terra poderiam ter bem mais sentido econômico, social e ambiental, e onde os conflitos pelo uso da terra entre as comunidades locais e as companhias de plantações são frequentemente uma realidade. O relatório de 2003 do CIFOR "Fastwood" (madeira rápida) concluiu que "quanto mais cedo forem anulados os subsídios às plantações comerciais, ou pelo menos substancialmente reduzidos, melhor." Seria irônico se o MDL, especialmente em virtude de seu objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, fornecesse o próprio tipo de subsídio que o relatório do CIFOR, numerosas publicações do WRM e outros têm mostrado que causam um grande número de impactos negativos sociais e ambientais.

(1) Disponível em http://cdm.unfccc.int/public_inputs/EB31_ARWG_Land_eligibility/index.html

Por Jutta Kill, FERN, e-mail: jutta@fern.org.

[início](#)

- Brasil: Projeto do MDL para plantações da V&M: e vão três...

Registrado no passado 22 de janeiro, o "Projeto 0143: Projeto de Geração de Eletricidade Renovável da UTE Barreiro S.A." da Vallourec & Mannesmann (V&M), a maior fabricante do mundo de tubos de aço sem costura laminados a quente, é a terceira tentativa da companhia para obter fundos de acordo com o esquema do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O projeto registrado providenciará à V&M 67.954 créditos de carbono que pode vender a companhias no Norte que preferem comprar esses créditos de carbono em vez de reduzir as emissões em casa.

O projeto alega ser "um projeto de energia renovável" que consiste na construção e operação de uma usina termoelétrica que funciona com gás de alto forno e alcatrão vegetal para gerar porção da eletricidade requerida pela Usina Siderúrgica Integrada de Barreiro da V&M, deslocando assim a geração de eletricidade de uma rede que usa

mais fósseis e reduzindo as emissões de gás de efeito estufa no processo.

De acordo com o Documento de Desenho do Projeto "o alcatrão vegetal é coletado durante o processo de carbonização onde o carvão é produzido da madeira obtida através de atividades florestais manejadas sustentavelmente" (o ênfase é nosso). Isso se refere à madeira extraída das mesmas plantações de árvores de eucaliptos localizadas em Minas Gerais, Brasil, onde os guardas da V&M atiraram para o camponês Antônio Joaquim dos Santos em fevereiro de 2007 (vide Boletim Nº 116 do WRM).

Em decorrência das resultantes denúncias sobre o assassinato e em virtude de que as plantações da V&M estavam certificadas pelo FSC, realizou-se uma auditoria pelo SGS, certificador credenciado do FSC. A companhia antecipou-se a uma potencial perda do certificado anunciando sua "decisão de retirar-se voluntariamente do FSC depois de 8 anos de estreita relação" alegando que não concordava com a forma na que o órgão certificador (SGS) tinha realizado sua auditoria (vide Boletim Nº 116 do WRM).

Essas plantações de eucaliptos "manejadas sustentavelmente" também tem sido intrusas porque têm invadido terras antigamente ocupadas por camponeses e estão agora minando as lutas dos povos locais para recuperar suas terras. Também têm gerado litígios com os pequenos granjeiros a respeito do uso de agroquímicos, o bloqueio de caminhos ou a alteração dos recursos hídricos e o acesso a eles.

Apesar de tudo isso, a Det Norske Veritas (DNV), uma das principais validadoras dos projetos do MDL tinha aprovado o controvertível projeto de troca de combustível da V&M, que foi outro projeto do MDL da companhia onde ela pediu créditos do carbono para continuar usando carvão para suas usinas siderúrgicas. A V&M alegou que sem esses créditos do carbono não poderia manter as plantações. A V&M e a DNV tinham alegado que as plantações da V&M estavam manejadas sustentavelmente e usavam o certificado do FSC como evidência.

A metodologia de troca de combustível foi rejeitada pela Diretoria Executiva do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, apontando "dúvidas" sobre o cenário apresentado pela V&M: que sem dinheiro adicional do carbono, uma troca para carvão de acordo com as atuais tendências na indústria brasileira de ferro gusa seria inevitável. O Painel exprimiu preocupações sobre a "natureza imaterial da atividade do projeto e o risco moral relacionado com o fato de que consiste na continuação da prática atual." (vide Boletim Nº 92 do WRM).

No entanto, o MDL aceitou o projeto de energia 'renovável' da V&M e os documentos do projeto não mencionam em nenhum lugar que as plantações estariam em risco se não houvesse dinheiro adicional do carbono disponível. Além dessa contradição entre os dois documentos de projeto, o projeto de energia 'renovável' que tem sido registrado como projeto do MDL agora tem outro problema: a V&M já não possui um certificado do FSC e portanto suas "alegações de sustentabilidade" e alegações a respeito da produção de energia "renovável" já não estão apoiadas e a justificação prévia tem sido cancelada. Em decorrência disso, o MDL deveria cancelar o registro do projeto imediatamente.

Tudo isso pode ser um bom exemplo do impossível que é realmente verificar as alegações feitas sobre adição de projetos do MDL, o deficiente controle de quaisquer alegações de desenvolvimento sustentável no processo do MDL, bem como um perfeito exemplo da forma na que as companhias poluidoras usam o MDL para ganhar dinheiro adicional dos créditos de carbono para seus negócios.

Por Jutta Kill, FERN / SinksWatch Initiative, e-mail: jutta@fern.org, www.fern.org, www.sinkswatch.org; e Raquel Núñez, Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, e-mail: raquelnu@wrm.org.uy, <http://www.wrm.org.uy/>

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrn@wrn.org.uy
<http://www.wrn.org.uy>

